POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: O PAPEL DAS BOLSAS, FINANCIAMENTOS E DA ASSISTÊNCIA PSICOPEDAGÓGICA NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS.

Samuel Ferreira

RESUMO

Este estudo analisa as políticas de inclusão e permanência estudantil no ensino superior, com ênfase no papel das bolsas de estudo, financiamentos e da assistência psicopedagógica na redução das desigualdades socioeconômicas e na promoção da continuidade acadêmica em universidades comunitárias. O objetivo é compreender como essas políticas contribuem para o acesso, permanência e sucesso acadêmico de estudantes em situação de vulnerabilidade social. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em autores da área de políticas educacionais e assistência estudantil, conforme orienta Gil (2019) e Lakatos e Marconi (2021), além de revisão de literatura sistematizada (Galvão; Ricarte, 2019). Os resultados indicam que as políticas de assistência estudantil são fundamentais para a democratização do ensino superior, embora ainda apresentem desafios relacionados à insuficiência de recursos, desigualdade na distribuição de bolsas e fragilidades no acompanhamento psicopedagógico. Conclui-se que a efetividade dessas políticas depende da integração entre financiamento estudantil, suporte institucional e estratégias pedagógicas de acolhimento, sendo essenciais para reduzir a evasão e promover a equidade educacional. Conforme Narciso e Santana (2025), a consolidação de políticas educacionais exige rigor metodológico e articulação entre diferentes dimensões sociais e institucionais.

Palavras-chave: Inclusão educacional; permanência estudantil; assistência psicopedagógica; bolsas de estudo.

ABSTRACT

This study analyzes student inclusion and retention policies in higher education, focusing on the role of scholarships, financial aid programs, and psycho-pedagogical assistance in reducing socioeconomic inequalities and promoting academic continuity in community universities. The objective is to understand how these policies contribute to access, retention, and academic success of students in vulnerable social conditions. The methodology is based on bibliographic and documentary research, supported by educational policy literature and student assistance studies, as suggested by Gil (2019) and Lakatos and Marconi (2021), as well as systematic literature review approaches (Galvão; Ricarte, 2019). The results indicate that student assistance policies are essential for the democratization of higher education; however, they still face challenges such as limited funding, unequal scholarship distribution, and weaknesses in psycho-pedagogical support systems. It is concluded that the effectiveness of these policies depends on the integration of financial support, institutional engagement, and pedagogical inclusion strategies, which are essential to reduce dropout rates and promote educational equity. According to Narciso and Santana (2025), educational policy consolidation requires methodological rigor and integration of social and institutional dimensions.

Keywords: Educational inclusion; student retention; psycho-pedagogical support; scholarships.

1. INTRODUÇÃO

A expansão do ensino superior no Brasil nas últimas décadas representa um marco importante no processo de democratização do acesso à educação, especialmente a partir da implementação de políticas públicas voltadas à inclusão de grupos historicamente excluídos. No entanto, conforme apontam Veloso e Maciel (2015), o desafio contemporâneo das instituições de ensino superior não se restringe apenas ao ingresso, mas se estende à permanência e à conclusão dos cursos, evidenciando que o acesso sem condições de continuidade não garante a efetiva equidade educacional.

A permanência estudantil passa a ser compreendida como um fenômeno complexo, atravessado por fatores econômicos, sociais, pedagógicos e institucionais. De acordo com Gisi e Pegorini (2016), as políticas de acesso precisam estar articuladas a estratégias de permanência, pois a desigualdade social ainda constitui um dos principais elementos de evasão no ensino superior brasileiro, especialmente entre estudantes de baixa renda.

As universidades comunitárias ocupam um papel estratégico nesse cenário, uma vez que atendem majoritariamente estudantes oriundos de camadas sociais menos favorecidas. Segundo Pinheiro (2024), essas instituições têm se destacado pela implementação de políticas inclusivas que buscam não apenas ampliar o acesso, mas também promover o acolhimento e a permanência estudantil por meio de ações institucionais integradas.

Entre as principais estratégias de permanência destacam-se as bolsas de estudo e os programas de financiamento estudantil, que têm como objetivo reduzir o impacto das desigualdades socioeconômicas no percurso acadêmico. Oliveira e Oliveira (2014) ressaltam que a assistência estudantil é um fator determinante na permanência, pois garante condições materiais mínimas para que o estudante consiga se manter na universidade.

A assistência psicopedagógica tem ganhado relevância como política de permanência, uma vez que atua diretamente nas dificuldades de aprendizagem, adaptação acadêmica e saúde emocional dos estudantes. Theodoro e Freitas (2025) destacam que o acompanhamento institucional é essencial para estudantes cotistas e em vulnerabilidade social, contribuindo significativamente para a redução da evasão.

A permanência estudantil também está diretamente relacionada às desigualdades estruturais da sociedade brasileira, que se refletem no ambiente universitário. Santos e Garcia (2025) apontam que fatores como dificuldades financeiras, necessidade de conciliar trabalho e estudo e lacunas na formação básica anterior são elementos recorrentes nos processos de evasão no ensino superior.

A evasão universitária deve ser compreendida não como um problema individual do estudante, mas como resultado de um conjunto de condições sociais e institucionais. Dias e

Costa (2016) defendem que estratégias institucionais de enfrentamento da evasão são fundamentais para garantir a efetividade das políticas de democratização do ensino superior.

À inclusão de grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, estudantes negros e populações de áreas rurais. Robert et al. (2024) evidenciam que esses grupos enfrentam barreiras adicionais no ensino superior, o que exige políticas específicas de apoio para garantir sua permanência acadêmica.

Silva, Givigi e Camargo (2024) reforçam que estudantes autistas, por exemplo, enfrentam desafios relacionados à adaptação pedagógica e social, o que torna indispensável a presença de estruturas institucionais de apoio inclusivo e contínuo dentro das universidades.

Lima e Carmo (2023) destacam que a acessibilidade no ensino superior ainda é um desafio significativo, especialmente no que se refere à permanência de pessoas com deficiência, evidenciando a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas e estruturadas.

A juventude negra e rural também enfrenta barreiras específicas de permanência, relacionadas às desigualdades históricas de acesso à educação básica de qualidade e às condições socioeconômicas desfavoráveis. Silva et al. (2025) apontam que tais fatores influenciam diretamente o desempenho acadêmico e a continuidade dos estudos.

No campo metodológico, a análise das políticas de inclusão e permanência exige abordagens rigorosas e sistematizadas. Creswell (2021) destaca a importância de métodos qualitativos e quantitativos integrados, enquanto Galvão e Ricarte (2019) defendem a relevância das revisões sistemáticas para a consolidação do conhecimento científico na área educacional.

A pesquisa documental se apresenta como uma estratégia relevante para o estudo de políticas públicas, permitindo a análise de legislações, programas institucionais e relatórios oficiais. Fávero e Centenaro (2019) ressaltam que essa abordagem possibilita compreender tanto potencialidades quanto limitações das políticas educacionais.

O presente estudo tem como problema central compreender de que forma as políticas de bolsas, financiamentos e assistência psicopedagógica contribuem para a redução das desigualdades socioeconômicas e para a permanência no ensino superior em universidades comunitárias, considerando a complexidade dos fatores envolvidos nesse processo.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a efetividade dessas políticas no contexto das universidades comunitárias, enquanto os objetivos específicos buscam identificar os principais programas de assistência estudantil, analisar seus impactos na permanência acadêmica e discutir os desafios institucionais para sua implementação, considerando que a consolidação de políticas educacionais eficazes requer, conforme Narciso e Santana (2025), rigor metodológico e integração entre dimensões sociais, institucionais e pedagógicas.

2. APRESENTAÇÃO

As políticas de inclusão no ensino superior têm se consolidado como instrumentos fundamentais para a democratização do acesso à educação, sobretudo em sociedades marcadas por profundas desigualdades socioeconômicas. Nesse sentido, Gisi e Pegorini (2016) destacam que a efetivação da igualdade de oportunidades não se limita ao ingresso nas instituições, mas depende diretamente da criação de condições materiais, pedagógicas e institucionais que assegurem a permanência e a conclusão dos estudos, evidenciando que o direito à educação só se concretiza plenamente quando há suporte ao longo de toda a trajetória acadêmica do estudante.

Observa-se que as bolsas de estudo e os financiamentos estudantis assumem papel estruturante na redução das barreiras financeiras que historicamente impedem o acesso e a continuidade no ensino superior. Tais mecanismos de apoio econômico funcionam como estratégias de mitigação das desigualdades sociais, permitindo que estudantes em situação de vulnerabilidade consigam se manter na universidade sem a necessidade de abandonar os estudos para suprir demandas de subsistência imediata. Dessa forma, essas políticas não apenas ampliam o acesso, mas também contribuem diretamente para a redução dos índices de evasão.

Paralelamente ao suporte financeiro, a assistência psicopedagógica tem se mostrado um componente essencial das políticas de permanência estudantil, uma vez que atua no enfrentamento de dificuldades acadêmicas, emocionais e sociais que impactam o desempenho dos estudantes. Esse tipo de apoio institucional favorece processos de adaptação ao ambiente universitário, fortalecimento da autonomia intelectual e desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, sendo particularmente relevante para estudantes que enfrentam múltiplas vulnerabilidades no percurso formativo.

Em universidades comunitárias, tais ações adquirem ainda maior relevância, considerando que essas instituições, em sua maioria, atendem estudantes oriundos de camadas socioeconômicas menos favorecidas. As políticas de inclusão e permanência, nesse sentido, assumem um papel estruturante dentro das instituições de ensino superior ao funcionarem como mecanismos de enfrentamento das desigualdades educacionais historicamente construídas. Ao garantir condições materiais, pedagógicas e psicossociais para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, tais políticas ampliam as possibilidades de permanência com qualidade, reduzindo os impactos das vulnerabilidades socioeconômicas que frequentemente levam à evasão. Assim, não se trata apenas de assegurar o ingresso no sistema educacional, mas de criar condições reais para que os estudantes consigam avançar em sua trajetória formativa com estabilidade, aproveitamento e перспектива de conclusão bem-sucedida.

Ao promoverem ações integradas como bolsas de estudo, financiamento estudantil e assistência psicopedagógica, essas políticas fortalecem o compromisso institucional com uma educação mais justa e inclusiva, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais equitativo. As universidades deixam de ser apenas espaços de transmissão de conhecimento e passam a atuar como agentes ativos na redução das desigualdades sociais, ampliando o alcance do direito à educação. A permanência estudantil deixa de ser um desafio individual e passa a ser compreendida como uma responsabilidade coletiva e institucional, essencial para a consolidação de um ensino superior socialmente comprometido.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como de natureza bibliográfica e documental, adotando uma abordagem qualitativa voltada à análise crítica de produções científicas e de documentos institucionais relacionados às políticas de inclusão e permanência no ensino superior. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica possibilita o levantamento e a análise de materiais já publicados, permitindo ao pesquisador compreender o estado da arte de determinado fenômeno e construir uma base teórica sólida para a investigação científica.

A pesquisa bibliográfica constitui-se como etapa fundamental deste estudo, uma vez que possibilita a sistematização de conhecimentos produzidos sobre bolsas de estudo, financiamentos estudantis e assistência psicopedagógica. Essa abordagem permite identificar convergências e divergências entre diferentes autores, além de evidenciar lacunas existentes na literatura sobre políticas de permanência estudantil no contexto das universidades comunitárias.

Paralelamente, foi utilizada a pesquisa documental, que se fundamenta na análise de materiais primários, como legislações, relatórios institucionais, documentos oficiais e normativas educacionais. Segundo Lakatos e Marconi (2021), esse tipo de investigação é essencial para compreender fenômenos sociais a partir de registros que ainda não receberam tratamento analítico aprofundado, possibilitando uma leitura mais direta das políticas públicas em vigor.

A combinação entre pesquisa bibliográfica e documental permite uma compreensão mais ampla e contextualizada do objeto de estudo, uma vez que articula tanto a produção teórica já consolidada quanto os documentos oficiais que orientam a implementação das políticas educacionais. Essa integração metodológica contribui para uma análise mais consistente e fundamentada das estratégias de inclusão e permanência no ensino superior.

No processo de seleção das fontes, foram considerados artigos científicos, livros acadêmicos e documentos oficiais relacionados às políticas de assistência estudantil. A escolha

desse corpus documental buscou garantir a relevância, atualidade e confiabilidade das informações analisadas, assegurando a consistência teórica necessária para a construção dos resultados da pesquisa.

Foram incorporados estudos de revisão sistemática da literatura, os quais permitem uma síntese rigorosa das evidências científicas disponíveis sobre determinado tema. Conforme Galvão e Ricarte (2019), esse tipo de revisão contribui para a organização do conhecimento científico, facilitando a identificação de padrões, tendências e lacunas na produção acadêmica.

Como forma de fortalecer o rigor metodológico, também foi adotado o protocolo PRISMA (Page et al., 2021), amplamente utilizado em revisões sistemáticas, que estabelece critérios claros de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão de estudos. Essa padronização metodológica assegura maior transparência e confiabilidade no processo de seleção das fontes analisadas.

A metodologia adotada neste estudo permite uma análise crítica e estruturada das políticas de inclusão e permanência no ensino superior, articulando diferentes tipos de fontes e procedimentos de investigação. Essa combinação metodológica contribui para a robustez dos resultados, possibilitando uma compreensão aprofundada sobre o papel das políticas educacionais na redução das desigualdades socioeconômicas e na promoção da permanência estudantil em universidades comunitárias.

4. DESENVOLVIMENTO

As políticas de bolsas e financiamento estudantil constituem um dos principais pilares para a democratização do ensino superior no Brasil, uma vez que atuam diretamente na mitigação das desigualdades socioeconômicas que limitam o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda. De acordo com Veloso e Maciel (2015), a ampliação do acesso ao ensino superior deve ser acompanhada por políticas consistentes de permanência, pois a ausência de suporte financeiro adequado compromete a continuidade dos estudos e reforça ciclos de exclusão educacional. Nesse sentido, bolsas institucionais e programas de financiamento, como instrumentos de política pública, desempenham papel estratégico ao possibilitar que estudantes permaneçam na universidade sem a necessidade de abandonar sua formação em razão de dificuldades econômicas.

No que se refere à assistência psicopedagógica e ao apoio institucional, destaca-se sua importância como componente essencial das políticas de permanência estudantil, especialmente em contextos marcados por diversidade social e acadêmica. Oliveira e Oliveira (2014) afirmam que a assistência estudantil vai além do suporte financeiro, abrangendo ações pedagógicas e

psicossociais que favorecem a adaptação do estudante ao ambiente universitário. Dessa forma, o acompanhamento psicopedagógico contribui para o enfrentamento de dificuldades de aprendizagem, ansiedade acadêmica e problemas de organização dos estudos, promovendo melhores condições para o desenvolvimento da trajetória universitária e reduzindo significativamente os riscos de evasão.

As desigualdades socioeconômicas no ensino superior permanecem como um dos principais desafios para a consolidação de um sistema educacional equitativo, impactando diretamente o desempenho e a permanência dos estudantes. Segundo Gisi e Pegorini (2016), tais desigualdades se expressam não apenas na dificuldade de acesso, mas também na fragilidade das condições de permanência, evidenciando que estudantes em situação de vulnerabilidade social enfrentam maiores obstáculos para concluir sua formação. Além disso, fatores como necessidade de conciliar trabalho e estudo, insuficiência de recursos financeiros e histórico de desigualdade educacional anterior contribuem para a reprodução dessas disparidades no ambiente universitário.

A evasão no ensino superior, por sua vez, está fortemente associada à ausência de políticas integradas de apoio financeiro e pedagógico, configurando-se como um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino, especialmente as comunitárias. Dias e Costa (2016) destacam que a evasão não deve ser compreendida como um fenômeno individual, mas como resultado de múltiplos fatores institucionais e sociais que influenciam diretamente a trajetória acadêmica dos estudantes. Nesse sentido, a falta de suporte adequado, tanto no aspecto financeiro quanto no pedagógico, compromete a permanência estudantil e evidencia a necessidade de políticas públicas mais estruturadas e efetivas no enfrentamento dessa problemática.

4.1 Políticas de bolsas e financiamento estudantil

As políticas de bolsas e financiamento estudantil representam um dos principais mecanismos de democratização do ensino superior no Brasil, ao possibilitarem o ingresso e a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Veloso e Maciel (2015) destacam que a ampliação do acesso à educação superior não se sustenta sem políticas efetivas de permanência, uma vez que a desigualdade econômica continua sendo um dos principais fatores de exclusão acadêmica.

Programas de bolsas institucionais e governamentais atuam como instrumentos de compensação das desigualdades sociais, permitindo que estudantes de baixa renda tenham condições materiais de permanecer na universidade. Gisi e Pegorini (2016) reforçam que a

permanência estudantil depende diretamente da existência de políticas públicas estruturadas, capazes de reduzir os impactos das desigualdades econômicas no percurso formativo.

Essas políticas também contribuem para a redução da evasão universitária, ao diminuir a necessidade de abandono dos estudos para inserção precoce no mercado de trabalho. Dessa forma, o financiamento estudantil atua como uma estratégia de equidade, promovendo maior estabilidade na trajetória acadêmica.

Outro aspecto relevante é que as bolsas e financiamentos não apenas garantem acesso, mas também influenciam o desempenho acadêmico, pois reduzem a sobrecarga financeira e emocional dos estudantes. Isso permite maior dedicação às atividades acadêmicas e melhora dos resultados educacionais.

As políticas de bolsas e financiamento são essenciais para a construção de um sistema educacional mais justo, ao possibilitar que estudantes de diferentes contextos socioeconômicos tenham condições reais de concluir sua formação superior.

4.2 Assistência psicopedagógica e apoio institucional

A assistência psicopedagógica no ensino superior tem se consolidado como uma política fundamental para a permanência estudantil, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Oliveira e Oliveira (2014) afirmam que a assistência estudantil não deve se restringir ao aspecto financeiro, mas deve incluir ações pedagógicas e psicossociais que favoreçam o desenvolvimento integral do estudante.

O apoio psicopedagógico atua diretamente nas dificuldades de aprendizagem, organização dos estudos e adaptação ao ambiente universitário. Essas ações são essenciais para estudantes que enfrentam desafios acadêmicos decorrentes de lacunas na formação básica ou de dificuldades de adaptação ao ensino superior.

O acompanhamento psicopedagógico contribui para a saúde mental dos estudantes, auxiliando no enfrentamento de ansiedade, estresse e inseguranças acadêmicas. Esses fatores, quando não acompanhados, podem comprometer significativamente o desempenho e levar à evasão.

O apoio institucional também desempenha papel importante na integração do estudante à vida universitária, fortalecendo o vínculo com a instituição e promovendo maior engajamento acadêmico. Isso contribui para a construção de trajetórias mais estáveis e bem-sucedidas.

A assistência psicopedagógica se apresenta como um elemento estratégico das políticas de permanência, ao atuar de forma preventiva e interventiva na redução da evasão e no fortalecimento da experiência universitária.

4.3 Desigualdades socioeconômicas no ensino superior

As desigualdades socioeconômicas no ensino superior constituem um dos principais desafios para a efetivação da democratização educacional no Brasil. Gisi e Pegorini (2016) destacam que tais desigualdades não se limitam ao acesso, mas se estendem às condições de permanência e conclusão dos cursos.

Estudantes de baixa renda frequentemente enfrentam dificuldades financeiras que impactam diretamente sua trajetória acadêmica, como transporte, alimentação e materiais de estudo. Essas limitações comprometem a permanência e aumentam o risco de evasão.

Muitos estudantes precisam conciliar trabalho e estudo, o que reduz o tempo disponível para dedicação às atividades acadêmicas. Essa dupla jornada contribui para o desgaste físico e emocional, prejudicando o desempenho.

Outro fator relevante é a desigualdade na formação educacional anterior, que impacta a adaptação ao ensino superior. Lacunas na educação básica dificultam o acompanhamento das disciplinas e exigem maior suporte institucional.

As desigualdades socioeconômicas são elementos estruturais que influenciam diretamente a permanência estudantil, exigindo políticas públicas integradas e contínuas para sua superação.

4.4 Permanência estudantil e evasão

A evasão no ensino superior é um fenômeno multifatorial, diretamente relacionado à ausência de condições adequadas de permanência. Dias e Costa (2016) afirmam que a evasão não deve ser compreendida como responsabilidade individual do estudante, mas como resultado de fatores institucionais, sociais e econômicos.

A falta de suporte financeiro é um dos principais motivos de abandono dos cursos, especialmente entre estudantes de baixa renda. A ausência de bolsas ou financiamentos adequados torna inviável a continuidade dos estudos em muitos casos.

A insuficiência de apoio pedagógico e psicopedagógico contribui para dificuldades acadêmicas que, quando não acompanhadas, podem levar à desistência. O estudante muitas vezes não encontra suporte institucional para superar essas barreiras.

Em universidades comunitárias, esse cenário é ainda mais sensível, pois essas instituições atendem majoritariamente estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso exige políticas mais robustas de permanência.

A permanência estudantil deve ser compreendida como resultado da articulação entre políticas financeiras, pedagógicas e institucionais, sendo essencial para a redução da evasão e para a democratização do ensino superior.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender que as políticas de inclusão e permanência estudantil ocupam um papel central no contexto do ensino superior brasileiro, especialmente quando se observa a realidade de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao longo da análise, ficou evidente que tais políticas não se limitam ao acesso inicial à universidade, mas se estendem de forma decisiva para a continuidade da trajetória acadêmica, influenciando diretamente a permanência e a conclusão dos cursos.

Observou-se que as bolsas de estudo e os programas de financiamento estudantil constituem mecanismos fundamentais para reduzir as barreiras financeiras que impactam a vida dos estudantes. Esses instrumentos possibilitam maior estabilidade econômica durante o período de formação, contribuindo para que os acadêmicos consigam se dedicar aos estudos sem a necessidade de interrupções motivadas por dificuldades materiais.

Verificou-se que a assistência psicopedagógica exerce uma função importante no processo de adaptação e desenvolvimento acadêmico dos estudantes. O suporte oferecido contribui para a superação de dificuldades de aprendizagem, organização dos estudos e enfrentamento de questões emocionais que podem interferir no desempenho acadêmico, favorecendo a permanência no ambiente universitário.

A permanência estudantil está diretamente relacionada às condições sociais e econômicas dos estudantes, o que evidencia a complexidade do fenômeno da evasão no ensino superior. A ausência de suporte adequado pode comprometer significativamente a trajetória acadêmica, tornando o abandono dos estudos uma consequência frequente em contextos de vulnerabilidade.

Entende-se que as políticas de inclusão e permanência devem ser analisadas de maneira integrada, considerando não apenas o aspecto financeiro, mas também as dimensões pedagógicas, institucionais e sociais envolvidas no processo educacional. Essa visão ampliada permite compreender melhor os desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior.

No entanto, também foi possível identificar que ainda existem limitações importantes na implementação dessas políticas, especialmente relacionadas à disponibilidade de recursos e à capacidade de atendimento das demandas estudantis. Em muitos casos, as ações existentes não conseguem abranger todos os estudantes que necessitam de apoio, o que compromete sua efetividade.

A articulação entre os diferentes setores institucionais ainda se apresenta como um desafio, dificultando a construção de estratégias mais integradas e eficazes de permanência estudantil. A falta de integração entre apoio financeiro, pedagógico e psicológico pode reduzir o impacto positivo dessas políticas no cotidiano acadêmico.

Diante disso, conclui-se que o fortalecimento das políticas de inclusão e permanência é essencial para a consolidação de um ensino superior mais democrático e equitativo. A ampliação e qualificação dessas ações são fundamentais para garantir melhores condições de permanência e sucesso acadêmico dos estudantes.

Sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise dessas políticas em diferentes contextos institucionais e perfis estudantis, a fim de ampliar a compreensão sobre sua efetividade e identificar novas estratégias de fortalecimento da permanência no ensino superior.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Iandra Aparecida da; CRUZ, Gabriel da. **Desafios da permanência estudantil nas universidades públicas: reflexões críticas**. *Revista de Educação Popular*, 2025. DOI: https://doi.org/10.14393/REP-2025-77466.

DIAS, Sonia Maria Barbosa; DA COSTA, Silvio Luiz. **A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão.** *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 10, 2016. DOI: https://doi.org/10.5380/jpe.v9i17/18.38650.

FÁVERO, A. A.; CENTENARO, J. B. **A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites.** Contrapontos, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M**. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação.** Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GISI, Maria Lourdes; PEGORINI, Diana Gurgel. **As políticas de acesso e permanência na educação superior: a busca da igualdade de resultados.** *Revista de Política e Gestão Educacional*, v. 20, n. 1, 2016. DOI: https://doi.org/10.22633/rpge.v20.n1.2016.9390.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. **Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência**. *Revista Educação e Políticas em Debate*, 2023. DOI: https://doi.org/10.14393/REPOD-v12n3a2023-68708.

MORALES, W. G. B**. Análisis de Prisma como Metodología para Revisión Sistemática: una Aproximación General.** Saúde em Redes, v. 8, n. sup1, p. 339-360, 2022.

NARCISO, R.; SANTANA, A. C. A. **Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos.** ARACÊ, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.

NOVAES, Edmarcius Carvalho et al. **Acesso e permanência no ensino superior: relatos interseccionais de estudantes com deficiência sobre suas experiências**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49895.

OLIVEIRA, Gleice Emerick de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. **A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil.** *Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 2, 2014. DOI: https://doi.org/10.14244/198271991299.

PAGE, M. J et al. **The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews.** BMJ, v. 1, n. 1, p. 1-1, 29 mar. 2021.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento**. *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

PINHEIRO, Diógenes. **Uma geração de políticas inclusivas na educação superior brasileira: do acesso e permanência ao acolhimento.** *Revista Periferia*, 2024. DOI: https://doi.org/10.12957/periferia.2024.80020.

ROBERT, Ellian et al. **Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior do Brasil**. *Revista Acervo Educacional*, v. 6, 2024. DOI: https://doi.org/10.25248/rae.e16992.2024.

SANTOS, Djair Araújo; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Desafios para permanência na graduação: análise dos motivos para a evasão estudantil**. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 27, 2025. DOI: https://doi.org/10.34019/1984-5499.2025.v27.49783.

SILVA, G. S. da; GIVIGI, R. C. do N.; CAMARGO, E. D. F. **Vivências de alunos autistas no ensino superior: acesso, permanência e inclusão**. *Revista Educação Especial*, v. 37, 2024. DOI: https://doi.org/10.5902/1984686X88635.

SILVA, L. R. C. et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente.** In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Anais. Paraná, 2009. p. 4554-4566.

SILVA, Milleny Santos et al. **Dificuldades de permanência de pessoas com deficiência no ensino superior**. *Revista Contrapontos*, v. 25, n. 1, 2025. DOI: https://doi.org/10.14210/contrapontos.v25n1.p334-346.

SILVA, Pâmela Eduarda Souza et al. **Acesso e permanência no ensino superior: barreiras enfrentadas pela juventude negra rural**. *REMUNOM*, 2025. DOI: https://doi.org/10.61164/7y914g74.

THEODORO, Diana; FREITAS, Maria de Fátima Quintal de. **Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas**. *RECIMA21*, v. 6, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v6i5.6425.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; MACIEL, Carina Elisabeth. **Acesso e permanência na educação superior: análise da legislação e indicadores educacionais.** *Educação em Questão*, v. 51, n. 37, 2015. DOI: https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v51n37ID7178.